

RESIDÊNCIA PROFISSIONAL: EXPERIÊNCIA INOVADORA EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, NA IMPLANTAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA

Angela Gordilho Souza

*Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
e-mail: amgs@ufba.br*

RESUMO

No contexto atual do processo de crescimento das cidades brasileiras, em que as demandas coletivas acumuladas no âmbito de uma intensa segregação sócio-espacial se confrontam às práticas seletivas de investimentos públicos, num quadro de privatização ampliada da gestão urbana e esvaziamento do planejamento pelo bem estar coletivo, as recentes manifestações de rua de 2013 apontam, entre outras questões, para um amplo descontentamento na observância dos direitos sociais, sobressaindo o direito à cidade. Os avanços conquistados nas últimas décadas, consolidados no Estatuto da Cidade, figuram nos enunciados dos planos diretores urbanos, mas não se realizam na prática de construção das cidades. Para além da crítica, é preciso abrir novos caminhos de práticas inovadoras que viabilizem a aplicação dessas conquistas sociais e a ampliação do seu reconhecimento. Nesse sentido, este artigo traz para discussão os conteúdos e o escopo metodológico desenvolvido na implantação de residência profissional na área de arquitetura, urbanismo e engenharia, tendo como suporte a Lei Federal 11.888/2008, de assistência técnica à habitação, por meio de especialização na pós-graduação para esse campo de atuação, conjugando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os resultados preliminares dessa experiência, realizada entre 2013 e 2014 na Universidade Federal da Bahia, demonstram às possibilidades de inovação acadêmica e técnica, viabilizada pela ampliação institucional do papel social da universidade, na conquista pelo direito à cidades melhores e mais justas.

PALAVRAS-CHAVE : Assistência técnica; habitação; direito à cidade; projetos participativos; inovação

ABSTRACT

Within the current context of the Brazilian cities' growth process in which the accumulated collective demands under an intense socio-spatial segregation faces the selective practices of public investment, in a frame of an expanded urban management privatization and emptying of planning actions toward the collective well-being, the recent street protests in 2013 point out, among other issues, to a huge discontent in the observance of the social rights, standing with the right to the city. The advances achieved in recent decades, consolidated within the Statute of the City, are contained in the urban master plans, but are not defined in actions in the cities' construction. In addition to criticism, it is necessary to open new paths of innovative practices that can make possible the application of these social achievements and the expansion of its recognition. In this sense, this paper brings to discussion the contents and methodological scope developed with the installation of professional residency in the area of architecture, urbanism and engineering, taking as support the Federal Act 11,888/2008, for housing technical assistance, through graduate specialization in this field, combining activities of teaching, research and extension. The preliminary results of that experience, held between 2013 and 2014 at the Federal University of Bahia, demonstrate the possibilities of academic and technical innovation, by the viability of institutional expansion of the university social role in the conquest for the right to the better and fairer cities.

KEY-WORDS: *Technical assistance; housing; right to the city; collaborative projects; innovation.*

RESUMEN

En el contexto actual del proceso de crecimiento de las ciudades brasileñas, en las cuales las demandas colectivas que se acumularon bajo una intensa segregación socio-espacial enfrentan prácticas selectivas de la inversión pública, en el contexto de privatización ampliada de gestión urbana y la vaciada planificación de acciones para el bienestar colectivo, las recientes protestas en las calles en 2013 apuntan, entre otras cuestiones, a un amplio descontento en la observancia de los derechos sociales, destacando el derecho a la ciudad. Los avances logrados en las últimas décadas, consolidado en el Estatuto de la Ciudad, están contenidos en las

declaraciones de los planes directores urbanos, pero no se realizan en la práctica de la construcción de ciudades. Además de la crítica, es necesario abrir nuevos caminos de prácticas innovadoras para la aplicación de estos logros sociales y la expansión de su reconocimiento. En este sentido, este artículo trae a discusión los contenidos metodológicos y alcance en la implementación de la residencia profesional en el área de arquitectura, urbanismo e ingeniería, teniendo como apoyo la Ley Federal 11.888/2008, de asistencia técnica a la vivienda, para la especialización en este campo de actuación, combinando actividades de docencia, investigación y extensión. Los resultados preliminares de esa experiencia, celebrada entre el 2013 y 2014 en la Universidad Federal de Bahía, demuestran las posibilidades de innovación académica y técnica, hecho posible por la ampliación institucional de la función social de la universidad, en la conquista del derecho a ciudades mejores y más justas.

PALABRAS-CLAVE: Asistencia técnica; vivienda; derecho a la ciudad; proyectos de colaboración; innovación.

1 INTRODUÇÃO

As grandes cidades brasileiras, no seu processo de crescimento recente, acumulam gigantescos problemas urbanísticos, com alto grau de concentração urbana monofuncional e periferização da pobreza, com intensos processos de segregação sócio-espacial, carência e privatização de espaços públicos, esvaziamento de áreas centrais, mobilidade deficiente, dentre outras demandas para o alcance do bem estar urbano coletivo. Mas, é no espaço das favelas, vilas e loteamentos informais, nas periferias mais distantes das cidades, onde estão as maiores carências e exclusão urbanística. Essas áreas, surgidas com o intenso processo migratório na direção das grandes capitais, em condições de extremas desigualdades sociais e limitações no acesso a terra urbanizada para moradia, fundamentam a urbanização brasileira desde as primeiras décadas do século XX. São condições que configuram cidades crescentemente excludentes de benefícios coletivos e ambientações adequadas.

Atualmente, do total da população brasileira de 202 milhões de habitantes, 84% constitui população urbana e quase metade disso morando nas principais metrópoles, nas quais as

ocupações informais, aquelas originados de parcelamentos que ocorreram à revelia das legislações urbanísticas vigentes à época, variam em proporções de 30% a 60% da sua população.¹ As políticas urbanas até então implementadas têm sido inócuas na conquista de cidades melhores e mais inclusivas. Entre 1960/80 as propostas de erradicação de favelas nas áreas centrais, levando as populações para conjuntos habitacionais periféricos, agravaram ainda mais os processos de segregação, enquanto as favelas remanescentes tiveram suas populações multiplicadas, com os processos de verticalização e adensamento. Esse ciclo foi seguido de novas ocupações informais periféricas ocorridas nas chamadas décadas perdidas dos anos 1980/90 e, mais recentemente, pela intensificação de ocupações de prédios ociosos em áreas centrais esvaziadas.

Intervenções governamentais para suprir as necessidades dessas comunidades de baixa renda, desprovidas de habitação adequada, infraestrutura, saneamento e equipamentos básicos, citando apenas as principais atribuições legais de direito à moradia digna, têm sido desarticuladas e insuficientes. As principais conquistas dos movimentos sociais nas últimas décadas resultaram na formulação da Lei Federal No. 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade, que regulamenta os capítulos de política urbana da Constituição de 1988, com grandes avanços para garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Muito se avançou desde então: temos leis inovadoras, elaboração de políticas inclusivas, instrumentos participativos, além de recursos públicos subsidiados. Entretanto, na prática, ainda não foi possível aplicar efetivamente essas conquistas na construção democrática das cidades, nem tampouco, tirar o melhor proveito dos investimentos sociais realizados, com possibilidades promissoras de inclusão urbana de forma ampla. Os instrumentos urbanísticos inovadores, como a definição de Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS, foram juridicamente viabilizados, mas a sua regulamentação ainda se mostra pouco efetiva quanto às mudanças

¹ Ver conceituação e metodologia em GORDILHO-SOUZA (1999).

pretendidas, com iniciativas ainda tímidas diante do complexo e amplo universo para o qual foram pensadas, o que exige compromisso político para intervenções continuadas, participativas e criativas para obtenção de melhorias nos bairros e na cidade. As prefeituras, órgãos estaduais e demais instituições públicas voltadas para essas atividades também não se mostram capazes de manter ações integradas, além da escassa disponibilidade de profissionais capacitados para essa área de atuação.

Na produção de novas habitações, o contexto do *boom* imobiliário decorrente do aquecimento da economia a partir de meados de 2000, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e de um novo Sistema Nacional de Habitação, em 2006, seja pelo mercado imobiliário, seja na produção de interesse social, trouxe grandes expectativas. De 2002 a agosto de 2010, foram produzidas, no Brasil, um total 4,3 milhões de novas unidades habitacionais, com investimentos da ordem de R\$ 243 bilhões, para todo o SNH. Pelo SNHIS, foi investido um total de R\$ 68,5 bilhões, incluindo aí R\$ 3,6 bilhões em urbanização de favelas, ainda que fosse prevista uma maior alocação, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, em 2006. (MARICATO, 2011) Também são alocados altos subsídios no programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009. Apesar desse grande montante de produção de novas habitações frente aos altos déficits de habitação estimados no país, observa-se, ao final de 2008, uma inflexão nas políticas descentralizadas de melhorias urbanas, concentrando-se então os investimentos federais no programa MCMV, em detrimento da urbanização de favelas. Com uma alta produtividade, tendo construído mais de 2 milhões de unidades, após cinco anos do seu lançamento, muitas são as críticas a esse programa, ressaltando-se: produção padronizada em grande escala de unidades visando o aquecimento do setor da construção civil e da economia, em detrimento da qualidade da moradia; elevação do valor da terra urbana e do mercado imobiliário; indução de novas periferias distantes dos centros, também nas cidades médias; má qualidade do padrão de construção e da inserção urbana do imóvel; densificação urbana sem ampliação de infraestrutura; grande defasagem de investimentos em relação à qualificação de favelas; dentre outras questões mais localizadas.²

² Vários autores trabalham essa questão, ver: ROLNIK (2010); FERREIRA (2012); CARDOSO (2013) dentre outros.

Observa-se, assim, um arrefecimento das conquistas do Estatuto da Cidade referente às melhorias urbanas, privilegiando-se os investimentos de interesses do mercado imobiliário, dissociados do planejamento urbano, dinâmica que, com o advento da Copa do Mundo no Brasil em 2014, se intensifica, com a implantação de grandes projetos urbanos privatistas. Tais investimentos, seguindo os princípios do planejamento estratégico, privilegiam uma agenda de gestão urbana empresarial corporativa, num contexto de seletividade de mercado de consumo do espaço urbano e esvaziamento do planejamento pelo bem estar coletivo, desassociada da qualificação urbana. (GORDILHO-SOUZA, 2014)

Nesse contexto, os arquitetos, urbanistas e engenheiros, profissões com funções de projetar e construir espaços, no âmbito do complexo trabalho transdisciplinar de pensar e fazer cidades melhores e mais inclusivas, sem o incentivo institucional para inovação, sentem-se impotentes para implementar a invenção e uso das técnicas mais adequadas. O descontentamento coletivo que se insinua de forma renovada nas amplas manifestações de rua, a partir de 2013, aponta para a necessidade de definição de investimentos públicos com outras prioridades sociais pelo direito à cidade, entretanto, sem sinais de mudanças desse cenário privatista de gestão e produção das cidades.

Qual a atuação das instituições de interesse público neste momento de crise de representações? Como potencializar as mudanças necessárias de políticas urbanas? Como a universidade pode contribuir na renovação de saberes e práticas para o alcance de cidades melhores e mais inclusivas? Essas são algumas das questões que orientam as reflexões e propostas apresentadas neste texto. Para isso, traz para discussão um breve histórico das primeiras iniciativas de assistência técnica, em prol do direito à habitação digna e cidades mais inclusivas, bem como das atividades de extensão universitária nessa área de atuação. Nesse sentido analisa a experiência recente da 1ª. edição da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada na UFBA, em 2013, como especialização *lato sensu* para viabilizar Assistência Técnica em Habitação e Direto à Cidade, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, semelhante ao que já ocorre na medicina. Aponta para os resultados,

limites e possibilidades de inovação acadêmica e técnica nessa área, para o fortalecimento do papel social da universidade, na conquista de cidades melhores e mais justas.

2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO: HISTÓRICO, ALTERNATIVAS E RETROCESSO

No início dos anos 1960, diante da crise urbana e habitacional que se intensificou com a industrialização e acelerado processo de urbanização no país, as representações profissionais de arquitetos e engenheiros tiveram um papel fundamental em trazer para a discussão da sociedade essa problemática, no âmbito das discussões das reformas de base. Um marco importante desse período foi a realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, em julho de 1963, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, trazendo contribuições importantes para a constituição de uma política habitacional. (BONDUKI e KOURY, 2010) Esse momento de discussões democráticas viabiliza um primeiro esboço de reforma urbana de interesse social, logo estancado pelo regime militar que se instaura no país em 1964. No período autoritário que se segue, de mais de duas décadas, foi implantada uma vigorosa política nacional de habitacional, centralizada na criação do Banco Nacional de Habitação. Foi pautada pelo incentivo ao mercado imobiliário e pela remoção das favelas das áreas centrais, com a retirada dos moradores para conjuntos habitacionais construídos nas periferias urbanas. Logo essas populações, em busca da proximidade de atividades geradoras de renda, retornam às favelas remanescentes e ocupam novas áreas. (VALLADARES, 1978)

Datam dessa época as primeiras experiências de assistência técnica para urbanização de favelas, empreendidas pelo arquiteto prof. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, com o escritório Quadra, na favela de Brás de Pina, na Cidade do Rio de Janeiro, em 1967. Essa experiência de desenvolver um projeto junto com a comunidade reconhece a favela como um espaço legítimo de moradia e irá demonstrar a viabilidade de melhorias habitacionais das unidades edificadas na ocupação, sem que a população fosse retirada. (COSTA e AZEVEDO, 2012)

As primeiras iniciativas de legislação para garantia de assistência técnica às pessoas que não podiam pagar por serviços de arquitetura datam de 1978, quando o Sindicato de Arquitetos e o CREA do Rio Grande do Sul implantaram o Programa de Assistência Técnica e Construção de

Moradia Econômica (ATME). Fruto dessa iniciativa, seu idealizador, o arquiteto Clóvis Ilgenfritz, eleito vereador de Porto Alegre, em 1999, conseguiu aprovar a Lei Municipal para viabilizar assistência técnica gratuita para habitação. Vários outros municípios seguiram essa iniciativa, mas com limitações para implementá-la na prática, por dificuldades institucionais e de alocação de recursos. (EXPERIÊNCIAS ..., 2007) Mais tarde, esse mesmo arquiteto, quando eleito deputado federal, elaborou um projeto de lei de assistência técnica, que serviu de base para a proposta posterior do deputado federal baiano Zezéu Ribeiro, aprovada na Lei no. 11.888, promulgada em 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Na prática, essa lei significa a proposta de criação de um sistema de financiamento público para a remuneração do trabalho de arquitetos, urbanistas e engenheiros envolvidos no projeto e administração de habitação de baixa renda, entretanto até então não regulamentada. (BRASIL, 2008)

Essas iniciativas pioneiras e o fortalecimento dos movimentos sociais pela reforma urbana influenciaram o surgimento de escritórios de assistência técnica para habitação, com destaque para um amplo programa financiado pela Prefeitura de São Paulo, no Governo Erundina (1988-1992), no apoio à produção de mutirões por autogestão para a produção de habitação de interesse social, importante referência de projetos e construção de qualidade, a baixo custo. (BONDUKI, 1992) Vários outros programas municipais e estaduais adotaram o sistema de contratação de escritórios de assistência técnica em projetos de urbanização, como foi o caso do programa Favela Bairro no Rio de Janeiro, de 1994 a 2008.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001 e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, há um incentivo federal para financiamento de projetos de autogestão e assistência técnica, sendo lançado o programa de Crédito Solidário para tal iniciativa, bem como concursos nacionais de projetos para habitação de interesse social e urbanização de favelas, sendo referência a parceria CAIXA/IAB, com várias edições de premiação entre 2001 a 2009. Desde então, com o lançamento o programa MCMV, voltado majoritariamente para atuação de empresas de construção, com base em modelos padronizados de conjuntos habitacionais, por faixas de renda, o que irá se observar é uma progressiva diminuição de iniciativas públicas para

o financiamento de assistência técnica. Mesmo no âmbito desse programa, na sua modalidade MCMV entidades, lançado em 2010, as exigências do padrão de construção seguem esse modelo mais rígido de projeto, com poucas possibilidades de interferência de assistência técnica. (BRASIL, 2014)

3. ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA HABITAÇÃO NA UNIVERSIDADE

Na sua história recente, a universidade no Brasil avançou bastante em termos de ampliação de formação técnica, artística, científica e profissional, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, consolidando uma ampla atuação em pesquisa, formação, tecnologia, qualificação avançada de discentes e docentes em intercâmbios nacionais e internacionais, enfim se posicionando crescentemente na comunidade científica internacional. Na sua inserção extensionista, historicamente menos valorizada, mais recentemente, a universidade vem também ampliando essas atividades, como demonstram as novas possibilidades expressas no Plano Nacional de Extensão Universitária, de 1997. A partir de então, são lançados editais de extensão, com especial atenção ao Programa de Extensão Universitária (PROEXT), criado pelo MEC em 2003, com o objetivo de apoiar as instituições de ensino superior no desenvolvimento de projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social.

No passado, a extensão esteve mais frequentemente voltada para a difusão da produção de estudos e pesquisas, em eventos abertos ao público, e, em menor escala, para experimentações em campo. A oferta de serviços sociais e ambulatoriais com treinamento profissional, entre outras práticas voltadas para as necessidades coletivas, são geralmente oferecidas na área de saúde, nos espaços da própria universidade. Em menor escala, são os trabalhos de extensão desenvolvidos nas comunidades, voltados para aprendizagem prática em serviços sociais, comparados aos trabalhos de pesquisa de campo, mais limitados nas retribuições finais para as populações envolvidas.

No vasto ambiente construído das cidades brasileiras, em que muitas comunidades autogeridas são excluídas de atributos urbanísticos de conforto e segurança, seja nas habitações, ruas,

serviços, infraestrutura e equipamentos, os benefícios coletivos são praticamente empreendidos ou mantidos diretamente pelos moradores. Tais iniciativas ocorrem sem a devida assistência técnica que essas situações exigem e as intervenções públicas são quase sempre fragmentadas e setoriais, sem uma visão de conjunto das demandas coletivas. Diante dessa alta complexidade na urbanização crescente do país, em larga escala, é crucial levar a universidade às comunidades, viabilizando uma relação mais real e aplicada entre teoria e prática, deixando, entretanto, na sua passagem, contribuições de serviços que se multipliquem em novos processos, projetos e materializações portadoras de inclusão social, cidadania e melhorias dos lugares na cidade.

Na área de arquitetura e urbanismo, as práticas universitárias de assistência técnica no Brasil têm ocorrido com mais frequência no nível da graduação, com experiências cíclicas de projetos para comunidades demandantes e na experimentação de tecnologias de baixo custo. Essas atividades têm ocorrido no âmbito de determinadas disciplinas ou em grupos de pesquisas ou laboratórios e, mais esporadicamente, na pós-graduação. Com a ampliação de cursos de mestrado e doutorado, voltados para formação acadêmica *stricto sensu* de pesquisadores e docentes, os cursos *lato sensu* nas universidades públicas escassearam e passaram a ser absorvidos pela extensão, prevendo-se especialização dirigidas para tecnologias específicas ou capacitações dirigidas a empresas demandantes, seja por meio de parcerias institucionais, seja por remuneração dos inscitos.

Para as demandas urbanas em tela, a referida Lei Federal No. 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social -, traz o respaldo legal para o desenvolvimento de atividades de assistência técnica gratuita, com várias possibilidades de atuação, dentre elas a da residência profissional, vinculada às universidades.³ Traz também em perspectiva a necessária articulação entre universidades e gestão urbana e entre os cursos de graduação e pós-graduação, visando ao fortalecimento da capacitação profissional nessa área de atuação e os desdobramentos mais efetivos na promoção do direito à arquitetura, como base ao direito à cidade.

³ A proposta de residência nessa área de atuação foi defendida originalmente por um grupo de profissionais gaúcho no Congresso Nacional de Arquitetos, em 1978 (POMPÉIA, 2006).

Numa breve retrospectiva de iniciativas universitárias para implantação de projetos de extensão nessa área de atuação, indicam-se, além de projetos desenvolvidos para demandas específicas levadas por professores da graduação, algumas propostas de cursos de especialização voltados para o planejamento urbano e regional, como foram aqueles financiados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no final nas décadas de 1970/80. Nos anos 1980/90, foram criados laboratórios de habitação e escritórios públicos nas faculdades de arquitetura e engenharia, visando desenvolver pesquisas, tecnologias apropriadas e assistência técnica às comunidades em projetos de autogestão, com destaque para as experiências pioneiras na Escola de Arquitetura da FEBASP, no início dos anos 1980, seguida pela criação do LabHab-Unicamp, criado em 1986 e extinto em 1999, que desenvolveram além de projetos de assistência técnica, sistemas construtivos econômicos e inovadores (POMPÉIA, 2006). Também se destaca como experiência de extensão nacional, o Programa Universidade Solidária, implantado pelo Governo Federal em 1996, para engajar estudantes universitários de graduação das diversas áreas em programas voltados para as comunidades carentes no país, viabilizando, durante o período de férias, atividades de campo no combate à pobreza e à exclusão, com apoio das universidades e prefeituras participantes.⁴ Essas iniciativas institucionais não tiveram continuidade, vigorando mais predominantemente, no ensino de arquitetura e urbanismo, a capacitação profissional para as demandas da cidade formal e do mercado imobiliário, essas voltadas para as populações de rendas mais altas. Entretanto, as demandas e déficits acumulados nas periferias, a aprendizagem das especificidades para a melhoria do ambiente construído dessas áreas e a produção da habitação de interesse social de maior qualidade, exigem um grande número de profissionais habilitados para atuação em planejamento, projeto e construção, de preferência de forma associada a outras disciplinas afins, sobretudo voltados para assistência técnica a autogestão e gestão pública, como meio de incrementar os direitos assegurados pelo Estatuto da Cidade e o fortalecimento de práticas mais inclusivas.

⁴ Como iniciativa do governo federal, nas décadas de 70 e 80, o Projeto Rondon também mobilizou estudantes, constituindo um programa governamental mais centralizado, sem uma participação efetiva das universidades na seleção e treinamento dos estudantes (PROGRAMA..., 1996).

Como viabilizar na universidade uma atividade institucional de formação continuada voltada para essas demandas, foi a questão trazida para implantação da iniciativa ora apresentada.

4. RESIDÊNCIA PROFISSIONAL AU+E/UFBA: PRIMEIROS RESULTADOS E INOVAÇÃO

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA) e do seu núcleo de pesquisa LabHabitar, em parceria com a Escola Politécnica (EP-UFBA), aprovou em julho de 2011 a proposta de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E/UFBA), à semelhança da residência médica, por meio do curso gratuito de pós-graduação *lato sensu* – Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (UFBA, 2011).⁵

O referido curso foi aprovado pela Pró-Reitora de Extensão dessa universidade, em dezembro de 2011, mas só foi efetivamente iniciado em outubro de 2013, atendendo ao calendário ajustado em função da greve de professores ocorrida em 2012. Essa proposta, pioneira nessa área de atuação, está pautada na Lei Federal No. 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de até 3 (três) salários mínimos, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia. Visa assim a capacitação de profissionais recém-formados e gestores públicos atuantes nessas áreas e afins, portanto de caráter pluridisciplinar, associando ensino e pesquisa à atividades de assistência técnica à comunidades carentes, de forma integrada à instituições de interesse público, municípios e movimentos sociais atuantes nessa área, ampliando assim a inserção social da universidade pública.

Pauta-se na perspectiva de elaboração participativa de projetos inovadores de interesse social e coletivo, com ênfase em arquitetura, urbanismo e engenharia, com vistas a ampliar o acesso a recursos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia e fortalecimento da

⁵ A proposta foi originalmente elaborada pela profa. Angela Gordilho Souza, coordenadora do LabHabitar, apresentada ao Colegiado do PPGAU-UFBA e aprovada em março/2011, tendo então recebido adesão de outros professores da FAUFBA, para sua aprovação junto à Congregação dessa unidade, ocorrida em julho /2011. Encaminhada então à Pro-Reitoria de Extensão da UFBA, foi aprovada em dezembro de 2011. Conceitualmente, inspirou-se no pensamento de Henri Lefebvre, traduzido na sua clássica obra “O direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968) e nas contribuições de profissionais e pesquisadores que se engajaram na luta dos movimentos sociais no Brasil, por moradia digna, respaldando-se na Lei Federal 11.888/2008.

cidadania. Para isso, além do curso, a Residência AU+E/UFBA abrange também trabalho de campo voltado para assessoria técnica e elaboração de projeto, por meio de oficinas, pesquisa, planejamento, e outras atividades. Ao final das atividades, os projetos são doados pela universidade às respectivas comunidades, visando a perspectiva de financiamentos e continuidade futura, com os profissionais especialistas engajados na autoria desses projetos.

Nessa 1ª. edição, iniciada em outubro de 2014 e finalizada em fevereiro de 2015, dentro dos 16 meses do cronograma previsto, atendeu-se plenamente a estrutura e sistemática da grade curricular estabelecida em três etapas (1ª: curso acadêmico e disciplinas – 4 meses; 2ª: extensão de assistência técnica em campo – 10 meses; e 3ª: elaboração de projeto, trabalho final – 2 meses), ampliando-se as suas possibilidades para atividades complementares como seminários internos, reuniões institucionais, oficinas, bem como as publicações e parcerias estabelecidas, inclusive com a possibilidade de uma nova nucleação na Universidade Federal da Paraíba, a partir do modelo implantado nesta FAUFBA. Os avanços compreendem também a elaboração de site próprio, com alimentação permanente (<http://www.residencia-ue.ufba.br/>), publicações, exposições, seminários e acervo de projetos, contando com o apoio do PROEXT-MEC/UFBA 2014 e 2015, que viabilizou uma ampla divulgação nacional do projeto, no âmbito do programa Capacidades do Ministério das Cidades (<http://www.capacidades.gov.br/blog/mostrar/id/73>).

Essa 1ª edição esteve voltada para a capacitação de 20 profissionais residentes, de graduação diversificada, sendo a maioria originários da arquitetura e urbanismo, visando sobretudo o diálogo entre diferentes disciplinas para elaboração de projetos de melhoria do ambiente construído.⁶ Estiveram engajados 46 docentes credenciados (35 permanentes – integrantes da UFBA, e 11 colaboradores – sem vínculo com a UFBA), com experiência em projetos nessa área de atuação, e oito comunidades aderentes, sendo seis na Região Metropolitana de Salvador Calabar, Alto das Pombas, Nova Esperança de Ipitanga, Gamboa de Baixo, Centro Antigo/7ª

⁶ O ingresso ao curso atendeu à seleção de candidatos, em processo de competição pública nacional, conforme edital publicado pela UFBA, prevendo-se, por turma, um máximo de 25 alunos. Do total de 39 inscrições, foram homologadas 35 candidaturas, sendo selecionados 23 profissionais-residentes. Houve desistência de 4 profissionais durante o curso e o ingresso de um aluno especial.

etapa, Quilombo Rio Vale dos Macacos) uma no município de Ruy Barbosa, na Bahia e outra em João Pessoa, na Paraíba. Os trabalhos desenvolvidos agregaram também lideranças locais, moradores interessados, além de participantes de órgãos públicos da gestão urbana e de defesa jurídica, bem como outros professores e profissionais convidados para seminários e composição de bancas. Portanto, centenas de pessoas estiveram mobilizadas nesse processo de integração das atividades desenvolvidas, resultando em projetos multidisciplinares com potencial de execução.

Todas as atividades foram desenvolvidas no turno matutino, de 8 às 12 hs., prevendo-se que os profissionais-residentes pudessem utilizar o turno vespertino para manter outras atividades profissionais remuneradas, uma vez que o curso ainda não oferece bolsas de estudos. Cumpriu-se assim o total de 40 créditos acadêmicos (408 horas – 24 créditos; sendo 340 horas-aula e 68 horas para elaboração do trabalho final – projeto/pesquisa orientada) e 16 créditos de trabalho de campo (mínimo de 960 horas de residência), distribuídos em três períodos.

As cinco disciplinas ministradas, foram divididas em três módulos, coordenados por uma dupla de professores, permitindo assim, um coletivo de professores mais amplo, com maior possibilidade de enriquecimento, troca e difusão dos conhecimentos produzidos, sendo uma delas em formato de seminários, com as seguintes temáticas: 1- Produção do espaço, políticas urbanas e direto à cidade; 2- Planejamento e projeto de arquitetura, urbanismo e engenharia para assistência técnica; 3- Projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente; 4- Planejamento e projeto de arquitetura, urbanismo e engenharia para assistência técnica; 5- Metodologias e técnicas para projetos participativos. Cada disciplina está definida num total de 68 horas-aula, ministrada em 4 horas, por dia da semana, durante um semestre de duração. As demais atividades compreendem a residência propriamente dita, para atuação prática de extensão, abrangendo o trabalho de campo, num total de 960 horas; e desenvolvimento do Projeto Final, correspondendo a um total de 68 horas, apresentado na forma propositiva e memorial descritivo.

Na escolha das áreas e composição das equipes, buscou-se fazer uma mescla pluridisciplinar dos profissionais residentes, com atuação, nessa 1ª. edição, em oito comunidades, tendo pelo

menos a presença de um arquiteto e urbanista em cada equipe. As comunidades foram contatadas desde o início do curso, por meio de suas lideranças e as indicações de residentes e de orientador/tutor a partir desse reconhecimento, firmando-se então convênios de cooperação. Várias técnicas de participação foram desenvolvidas nessas comunidades, como oficinas, caminhadas coletivas para reconhecimento, jogos de qualificação e priorização de demandas, diagnósticos e definição de conteúdos de projetos, serviços técnicos de curta duração, com a elaboração de produtos intermediários, além dos projetos finais.

O sistema de avaliação adotado para verificar a capacitação dos discentes-profissionais e a qualidade do desenvolvimento dos trabalhos de assistência técnica e projetos, estão baseados na apreensão teórico-conceitual da temática, no aprimoramento técnico projetual, apreensão crítica das problemáticas encontradas e qualidade de respostas e encaminhamentos, seja no plano de trabalho e processo da assistência técnica desenvolvido, bem como no projeto final apresentado. Para isso, além do acompanhamento coletivo permanente no desenvolvimento dos trabalhos de grupos e individuais, foram definidos basicamente três momentos de avaliação: 1º): ao final do módulo de disciplinas, com a definição de um plano de trabalho para cada grupo de residentes, utilizando-se de escopo metodológico predefinido pelos coordenadores de disciplinas, constando de itens correspondentes aos conteúdos ministrados no curso e especificidades da comunidade demandante; 2º): demonstração do processo de trabalho prático orientado, com apresentações em seminários internos da construção da proposta coletiva, das metodologias de participação das comunidades e dos projetos individuais, apresentados ao final, na forma de painéis predefinidos, máximo de seis, e trabalho final impresso, na forma de monografia, com projetos anexados. 3º): exposição oral do projeto individual e do processo de trabalho de assistência técnica desenvolvido, para uma banca constituída de mínimo de três membros, sendo dois professores e um profissional da área, com titulação mínima de especialista, presidida pelo professor(a) tutor(a) e aberta ao público; cabendo à banca, a avaliação técnica do projeto, e ao professor tutor, com base nos depoimentos de representantes da comunidade, convidados para a exposição, apreciação do processo de trabalho assistência técnica desenvolvido.

Esse conjunto de produtos e seus complementos integram o Trabalho Final, dimensionado para dar corpo ao esboço de um possível Termo de Referência, visando contratação futura para projeto executivo e sua implantação. Os projetos desenvolvidos nessa Residência AU+E/UFBA destinam-se à doação à essas comunidades, visando a continuidade dos processos de encaminhamento para possíveis financiadores, a posteriori, com apoio opcional dos autores das propostas, junto às respectivas prefeituras e outras instituições afins, que venham a executá-las. Dessa forma viabilizam-se assim processos educativos de ensino-pesquisa-extensão, tendo como resultado projetos exequíveis, demandas que são cobradas pelas comunidades ao se colocarem receptivas à projetos universitários.

Portanto, a proposta pedagógica dessa residência profissional em arquitetura, urbanismo e engenharia foi definida como forma de aproximar a universidade às práticas de produção da cidade, incentivando a troca de saberes para capacitação profissional e cidadã, na definição de projetos voltados para o agenciamento do espaço habitado, aí compreendidos, além do edifício e da cidade, o paisagismo, o urbanismo, a arquitetura e áreas afins, com propostas complementares. Na metodologia de aproximação, foram valorizadas as seguintes diretrizes:

- Teoria associada à prática na definição de projetos participativos, para apreensão coletiva.
- Participação da comunidade nas definições e prioridades, por uma educação cidadã.
- Dimensão interdisciplinar do saber técnico e incorporação do saber popular.
- Métodos interativos, oficinas, jogos e arte, com foco na juventude local.
- Elaboração de tecnologias apropriadas para as realidades encontradas.
- Abrangência de melhoria habitacional, associada aos espaços públicos, mobilidade, atributos paisagísticos, infraestrutura e inserção social de âmbito coletivo.
- Assistência técnica voltada ao conforto ambiental, segurança e sustentabilidade.
- Criatividade nos métodos de capacitação, referências e outras iniciativas de inovação.
- Práticas propositivas para uma moradia digna, entendida para além da casa, pelo direito à cidade, no seu sentido da construção coletiva.

O desenvolvimento das propostas e projetos pressupõe um permanentemente processo coletivo, alimentado por discussões em equipes, seminários internos e apresentações às comunidades, além das orientações individuais dos tutores e consultores. Nesse processo, são enfatizados não apenas técnicas apropriadas, mas sobretudo conteúdos conceituais que possam contribuir para definição de projetos com potencial de qualidade estético-funcional, sustentabilidade, exequibilidade e difusão, destacando-se os seguintes aspectos:

- Melhoria na qualidade do ambiente construído.
- Atenção às peculiaridades da comunidade.
- Métodos e técnicas inclusivas, criativas e adequadas ao lugares.
- Aspectos econômicos, sociais e ambientais sustentáveis.
- Atenção à manutenção e preservação ambiental e de áreas verdes.
- Ambientações esteticamente aprazíveis, confortáveis e saudáveis.
- Incorporação de hábitos e costumes culturalmente aprimorados.
- Processos potencializadores de autogestão, cidadania e urbanidade.

Nessa definição pedagógica de aprimoramento coletivo, visualizou-se, sobretudo a integração da educação formal pluridisciplinar associada ao saber popular, envolvendo não apenas a participação de lideranças comunitárias, como também dos moradores de idades variadas, com ênfase na integração dos jovens locais, gestores atuantes nas áreas trabalhadas e possíveis instituições parceiras, criando-se assim oportunidades educativas propositivas e amplas capazes de exercer o papel de protagonista nas definições das melhorias necessárias ao ambiente de viver, fortalecendo assim o sentido de responsabilidade coletiva e de urbanidade.

Seu funcionamento, a partir da estrutura existente na UFBA e seguindo uma estrutura horizontalizada, com um amplo quadro de docentes, viabiliza a perspectiva de implantação continuada dessa especialização, aos moldes de uma Residência Profissional Multidisciplinar, prevendo-se uma oferta bianual, compatibilizada ao calendário acadêmico, com início de cada edição no 2º. semestre letivo. Assim, a 2ª, edição, de setembro 2015 a dezembro de 2016, segue o mesmo escopo pedagógico adotado, conteúdos e composição do quadro docente, composto pelos mesmos 46 professores credenciados, com oferta de 25 vagas, contando-se

com o credenciamento de novas comunidades em um banco de demandadas. Para isso, mantém-se a parceria da Escola Politécnica, bem como com a Programa PROEXT/MEC/UFBA 2015, que aprovou a proposta do LabHabitat/FAUFBA, no apoio a essa 2ª edição.

5. REPLICAÇÃO E AMPLIAÇÃO: POSSIBILIDADES, LIMITES E DESAFIOS

Geralmente inovação está associada às tecnologias das ciências exatas e médicas. Em se tratando de ciências sociais aplicadas, a inovação está, sobretudo nas dimensões dos ganhos sociais e da melhoria do ambiente onde se vive, para além da técnica. O sucesso dessa iniciativa de extensão universitária, gestada coletivamente, ao implantar esse primeiro núcleo de Residência Profissional nessa área de atuação no Brasil, de forma autossustentada, traz a viabilidade de sua replicação em rede nacional e a mobilização de intercâmbios internacionais, incentivando novas possibilidades de cooperação e troca de experiências para o seu aperfeiçoamento e ampliação continuada. Fortalece assim a inovação universitária de atuação nessa área, com transferência de tecnologia de projetos de referência, bem como ampliando as possibilidades de inserção social da universidade, ao promover conjuntamente na sua prática, atividades de ensino, pesquisa e extensão, integrando de forma articulada os níveis de graduação e pós-graduação, no aprimoramento da capacitação técnica, teórica e cidadã.

Nesse sentido, a sua replicação na UFBA, estará viabilizando a sua implantação definitiva como programa continuado nas próximas edições, bem como a sua nucleação em outras universidades, como é o caso da parceria com a Universidade Federal da Paraíba, como o apoio do PROEX/MEC-2015. As próximas edições propõem também a incorporação de discentes da graduação, em estágio profissional curricular, no acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelos residentes da pós-graduação. Outras oportunidades se ampliam em rede nacional, com as iniciativas do LabHabitat/FAUFBA em parceria com outros núcleos de pesquisa de outras universidades, para implantação de uma “Rede de assistência técnica: acervo de projetos e publicações de referência” (GORDILHO-SOUZA, 2015).

Para isso, o apoio de instituições de interesse público, de municípios aderentes e de movimentos pela moradia, são fundamentais, como base de sustentação e aprimoramento,

visando uma maior amplitude de capacitação e propostas para melhoria do ambiente construído, como uma inovação institucional que poderá trazer, pela sua escala potencial, um grande impacto social, com baixo custo de realização.

Como limites e desafios a serem enfrentados, aponta-se a necessidade de custeio de bolsas trabalho de pós-graduação para os residentes-profissionais sem vínculo empregatício, bem como verba de auxílio-viagem para tutores e convidados externos, de forma a viabilizar uma maior interiorização, com atuação sistemática em municípios menores, altamente carentes de profissionais nessa área, além de editais de apoio para a realização de atividades paralelas de sustentação do programa, a exemplo do PROEXT-MEC. Essa condição, necessária para ampliação em larga escala dessa inserção da universidade, conjugando-se diversas áreas de atuação, retoma a necessária discussão da regulamentação da Lei no. 11.888/2008, no que se refere à constituição de um fundo permanente de financiamento da assistência técnica para habitação. Espera-se, com o sucesso dessa 1ª. edição da Residência AU+E/UFBA, que novas instituições venham a se incorporar a essa proposta, salientando-se os seus desdobramentos práticos e potenciais, para consolidação de um programa nacional de residências profissionais, com vistas ao fortalecimento de projetos inovadoras para inserção urbana e inclusão social, diante das amplas demandas atualmente colocadas nas cidades brasileiras.

6 AGRADECIMENTOS

A implantação da Residência AU+E/UFBA foi viabilizada, não apenas pela proposta apresentada pelo LabHabitar - PPGAU/FAUFBA, mas sobretudo pelo acolhimento unanime do Colegiado do PPGAU-UFBA e da Congregação da FAUFBA, pelo apoio da direção da Escola Politécnica da UFBA na efetivação da parceria e pela adesão de um grande número de professores de ambas as unidades, além de colaboradores externos de outras universidades.

7 REFERÊNCIAS

- BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. Eure, Vol. 28 Número 84. Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Arquitectura y Bellas Artes. Santiago, Chile: Instituto de Estudios Urbanos, 2002.
- BONDUKI, Nabil. Habitação e Autogestão. Rio de Janeiro: FASE, 1992
- BONDUKI Nabil e KOURY Ana Paula. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. In: Arquitectos – Revista Viruvius, 120. 02ano 10, maio 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/10.120/3432>. Acesso em maio de 2011.
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. [Estatuto da Cidade]
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003. [Criação do Ministério das Cidades]
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. [Assistência Técnica à Habitação]
- BRASIL, Governo Federal. Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, 2010
- BRASIL, Ministério das Cidades. Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social. Resolução Nº 200, de 5 de agosto de 2014. Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25819834_RESOLUCAO_N_200_DE_5_DE_AGOSTO_DE_2014.aspx> Acesso em: maio de 2015.
- CARDOSO, Adauto (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- COSTA, Maria de Lourdes e AZEVEDO, Marlice (orgs). *Visões inovadoras em arquitetura e urbanismo – Depoimentos*. Niteroi: UFF/PPGAU, 2012.
- EXPERIÊNCIAS em habitação de interesse social no Brasil. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. 2007. Disponível em: <<http://www.http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/>> Acesso em fevereiro de 2013. [organizadores, Egláisa Micheline Pontes Cunha, Ângelo Marcos Vieira de Arruda, Yara Medeiros]
- FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementar o de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB ; FUPAM, , 2012
- GORDILHO-SOUZA, Angela. Limites do Habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX, apresentada a FAUUSP, em outubro de 1999. [Publicada pela EDUFBA, em 2000; 2ª. edição com Posfácio, em 2008].

- GORDILHO-SOUZA, Angela. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, março de 2011.
- GORDILHO-SOUZA, Angela. Assistência técnica em arquitetura, urbanismo e engenharia: avanços institucionais. In: 6º. *Projetar - O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática, Anais...* Salvador, 26 a 29 de novembro de 2013.
- GORDILHO-SOUZA, Angela (coord.) Sessão Livre: Assistência técnica em rede: uma perspectiva da residência profissional em arquitetura e urbanismo. In: XVI ENANPUR – Desenvolvimento, Planejamento e Insurgências, *Anais...* Belo Horizonte, de 18 a 22 de maio de 2015.
- GORDILHO-SOUZA, A. M. Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador. In: CARVALHO, I.M.: SILVA, S.M.: GORDILHO-SOUZA, A.; e PEREIRA, G.. *Metrópoles na atualidade brasileira transformações, tensões e desafios na região metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.
- LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991 [original,1968].
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. São Paulo, Editora Vozes, 2011.
- POMPÉIA, Roberto A. Os laboratórios de habitação no ensino de arquitetura – Uma contribuição ao processo de formação do arquiteto. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FAUUSP, São Paulo, 2006.
- PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA. 1996. Disponível em:
<<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista2-mat12.pdf>. > Acesso em março de 2011.
- ROLNIK, Raquel (org.) *Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida? implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade*. Brasília: Ministério das Cidades: 2010.
- UFBA. Proposta para Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura. Universidade Federal da Bahia. Aprovado pelo PROEXT-UFBA em novembro de 2011.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa - análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2a. edição, 1982 [original, 1978].